

# Ensaio para uma ética do amor e do desejo: representações sociais de masculinidades e amor para travestis

*Essays for an ethic of love and desire: social representations of masculinities and love according to transvestites*

Rebeca Valadão Bussinger<sup>1</sup>  
Maria Cristina Smith Menandro<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho objetivou identificar e analisar as representações sociais de masculinidades e de amor para travestis. Foram realizadas 21 entrevistas semiestruturadas e os dados coletados foram submetidos aos procedimentos da análise de conteúdo categorial temática. Identificou-se que as travestis utilizam elementos da ideia de masculinidade hegemônica para construção desta representação, objetivando-a no modelo do homem forte e viril, sobre o qual não se identificam, mas direcionam seu desejo. O amor, revelado como elemento que pertence ao universo feminino, é valor que corresponde a

- 1 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (2002). Mestre em Psicologia pelo programa de Pós Graduação em Psicologia da UFES (2005). Doutora em Psicologia pela UFES (2013). Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES.
- 2 Graduação em Psicologia pela UFES (1986), o Mestrado em Psicologia pela UFES (1995), e o Doutorado em Psicologia pela UFES (2004). Professora Associada do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento, na UFES, atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do qual foi coordenadora de janeiro de 2009 a março de 2013.

uma ética para o grupo. Concluiu-se que as experiências de preconceito e discriminação influenciam fortemente a construção da imagem de homem e mulher das travestis e alimentam suas identificações.

**Palavras-chave:** representações sociais; masculinidades; gênero; travestis.

**Abstract:** *This essay identifies and analyzes social representations of masculinities and love according to transvestites. Twenty-one semi-structured interviews were carried out. Data collected were submitted to the thematic categorical content analysis procedures. Findings identified that transvestites use elements of the hegemonic concept of masculinity in order to build that representation based on the stalwart male role model to whom they do not relate but at whom they aim their desire. Love, revealed as a feminine-universe element, is a value that correspond to ethics for the group. We conclude that prejudice and discrimination experiences strongly influence the transvestites' building of male and female figures feeding their identifications.*

**Keywords:** *social representations; masculinities; gender; transvestites.*

## INTRODUÇÃO AO CAMPO DE PESQUISA: SOMOS TODOS MODERNOS

O título desta seção introdutória é uma ironia e o uso desta figura de linguagem será explicitado. Quando atuava na secretaria de assistência social do município de Vitória, no Estado do Espírito Santo (Brasil), estivemos envolvidos, digo, profissionais de psicologia, de serviço social, educadores sociais e estudantes de graduação de cursos de ciências humanas da referida secretaria, em um trabalho de campo que buscava mapear os pontos de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade.

O início deste trabalho, que intencionava constituir ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, se deu a partir de denúncia realizada à Prefeitura de Vitória feita por uma Orga-

nização Não Governamental (ONG) que realiza trabalho de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e distribuição de preservativos em espaços públicos – banheiros, praças, parques – onde é comum o encontro de homens que fazem sexo com homens<sup>3</sup> para realização de intercurso sexual. Segundo a ONG, algumas crianças e adolescentes, especialmente as do sexo masculino, estavam frequentando estes espaços e realizando sexo com homens adultos em troca de algum dinheiro ou qualquer outro objeto que lhes interessasse. Alguns desses homens eram HIV positivos.

As ações foram planejadas em conjunto e consistiram em: mapeamento dos pontos de exploração sexual comercial em Vitória; confecção de material pedagógico contendo informações sobre violência e abuso sexual de menores de idade para distribuição em eventos públicos com grande frequência e circulação de pessoas; *blitzes* em conjunto com a guarda municipal, polícia civil, polícia militar e vigilância sanitária; inserção da equipe da assistência social nos pontos mapeados a fim de identificar e abordar crianças e adolescentes para inseri-los e acompanhá-los – e a seus familiares – em programas de transferência de renda e apoio psicossocial. A maior parte dessas ações foi realizada no período da noite, finais de semana e feriados.

Em uma das reuniões de planejamento com técnicos da secretaria de segurança urbana, um grande mapa da cidade de Vitória foi exposto para que pudéssemos identificar a localização e o perfil por sexo de crianças e/ou adolescentes que estavam frequentando tais espaços. De acordo com informações da ONG, um dos pontos de comércio sexual era exclusivo de frequência de travestis adolescentes. Este ponto não foi marcado no mapa.

Esse “descuido” que implicava na exclusão das travestis do mapa da prostituição juvenil na cidade foi suficiente para a percepção da

---

3 Não encontramos na bibliografia utilizada para este trabalho definição que esclareça práticas e comportamentos utilizados pelos homens que fazem sexo com homens. Escolhemos a definição apresentada pela ONG AGES (Associação de Gays do Espírito Santo), que os define enquanto grupo cuja prática de sexo é comum entre homens, sem, no entanto, se identificarem como pertencentes a uma subcultura *gay*, definindo-se, inclusive, como heterossexuais.

invisibilidade no tratamento deste grupo específico. A partir de então, inúmeras questões sobre a vida travesti foram formuladas, dentre elas, investigar o significado para esses meninos/meninas do ser travesti, adolescente e prostituta. Assim, tais iniquitações deram contorno a um projeto de doutoramento que, uma vez aprovado, foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, com finalização em 2015.

Os estudos iniciados após os primeiros questionamentos realizados acerca das travestis só confirmaram que a(s) masculinidade(s), enquanto ferramenta heurística, mostra-se bastante consistente quando intencionamos pesquisar e analisar questões que envolvem a atribuição de sexo e gênero a grupos e/ou indivíduos (CONNEL, 1997; MARTINI, 2002a; MARTINI, 2002b; GIFFIN, 2005; GROSSI, 2004).

Se a intersecção entre o campo de estudos das masculinidades e a teoria das representações sociais já apresenta produções profícuas (TRINDADE; MENANDRO; SILVA; TESCHE, 2007; MENANDRO; SILVA; TRINDADE, 2009), a escolha do amor, sua definição enquanto objeto de estudo e integração ao projeto de pesquisa, tornou-se a aposta das pesquisadoras. Estas buscavam investigar elementos que pudessem ampliar as reflexões em estudos sobre masculinidades e representações sociais, bem como maximizar a compreensão do contexto cultural dos grupos a serem pesquisados.

Cumpramos ressaltar, a partir do que afirmam Augusto Palmonari e Javier Cerrato (2011), que a representação social e suas bases epistemológicas e metodológicas, que sistematizadas constituem a Teoria das Representações Sociais surge num contexto de crise da Psicologia Social onde conceitos tais como o de atitude eram criticados por proporem uma leitura da sociedade a partir da individualização de práticas e comportamentos, sem considerar o dinamismo e as tradições presentes nos processos de transformação da vida social.

Dessa forma, nossa escolha pela Teoria das Representações Sociais propõe a compreensão do comportamento social incluindo, para isso, o estudo da influência dos processos de comunicação nesses comportamentos, visto que estes se diversificaram em virtude do pro-

gresso científico, tecnológico e de urbanização. Assim, foi aberto espaço para a análise de crenças, juízos e valores compartilhados por indivíduos em uma cultura, onde sujeitos e grupos se constituem a partir da interação e do compartilhamento dessas crenças, ideias e valores a partir da atribuição de sentido e significados à sua história e às suas experiências (PALMONARI; CERRATO, 2011).

Também importante foi a percepção de como o “campo psi” tem se organizado frente às questões colocadas pelos movimentos sociais LGBT’s. Hoje é reconhecida a articulação dos conselhos profissionais na defesa dos direitos humanos desses grupos. É frequente a presença de pesquisadores e profissionais de psicologia em debates sobre a despatologização das identidades transexuais; na qualificação de profissionais de saúde, educação e assistência social para acolhida de usuários gays, lésbicas, travestis e transexuais em equipamentos públicos; na composição de equipes de saúde responsáveis pelo acompanhamento de candidatos/as à cirurgia de redesignação sexual; na revisão de instrumentos psicológicos, tal como a escala *Hare*<sup>4</sup>, etc.

Todos esses acontecimentos descritos, a participação da pesquisadora em eventos, seminários, conferências, manifestos em prol dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) tentaram expor ao leitor deste trabalho que a construção do projeto de pesquisa e os destacamentos teóricos e metodológicos que o compõem consideraram uma atitude de cuidado e atenção no posicionamento da pesquisadora em relação ao grupo participante. Portanto, pouco antes de ser iniciada a entrada em campo, havia um sentimento de “preparo técnico” para o desafio que se colocava: identificar, abordar e entrevistar travestis jovens.

---

4 O PCR-L, ou escala *Hare*, é um teste psicológico desenvolvido pelo psicólogo canadense Robert Hare. Consiste em escalas de pontuação que aferirão o índice de psicopatia em determinados indivíduos. É comumente aplicado em criminosos forenses do sexo masculino (YAMADA, 2009). A presença de itens na escala que buscam identificar práticas e comportamentos homossexuais foi questionada recentemente, no ano de 2012, por psicólogos que integram o grupo de trabalho sobre diversidade sexual do sistema conselhos de Psicologia no Brasil.

De alguma maneira, para aquele contexto, a presença da pesquisadora na *pista* (gíria utilizada para definir o espaço da rua utilizado para a prostituição) representava o elemento “não familiar” e um corpo fora de seu contexto de origem corre o risco da abjeção. No entanto, os perigos e intercorrências que surgiram a partir da presença da pesquisadora na *pista* foram previstos por nós (pesquisadora e Ax – profissional do sexo e integrante da ONG AGES que colaborou com a pesquisa e intermediou o contato da pesquisadora com as travestis) sendo, portanto, de fácil administração. Outro aspecto teve efeito impactante e desestabilizador, tendo escapado ao processo de construção, amadurecimento e planejamento que antecedeu a entrada em campo: a fluidez dos encontros sexuais entre travestis e clientes.

O desconforto sentido ao observar as inúmeras chegadas e partidas das travestis com os clientes, a forma como eram abordadas – de maneira discreta e silenciosa - e o orgulho de exibirem um corpo pronto para o gozo revelaram o grande constrangimento sobre a forma como o sexo é apreendido por muitos e muitas vezes com inúmeras dúvidas e tabus. Nesses momentos, recordava Ziga (2009), para quem “o estigma de puta afeta todas as mulheres, queiramos ou não” (p. 114).

O sexo, digo, o produto do encontro entre travestis e clientes, revela o que as políticas públicas de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e as políticas e programas de prevenção em DST e AIDS<sup>5</sup> não querem ver: a de que um corpo, para ascender à condição de sujeitos de direitos, deve deixar de gozar. Numa tentativa não declarada destas instituições de assepsia moral do corpo-prazer, cabe-nos questionar: para quem essa estratégia resulta eficiente e satisfatória? Para os gestores públicos? Para a sociedade em geral? Para as travestis?

Por outro lado, *somos todos modernos*. Somos nós, pesquisadores em ciências humanas, quem acolhem esses diferentes mundos, vozes e territórios a fim de debater com os diferentes grupos sua organização, suas práticas, crenças, ideias e afetos. Por esta via, consegui-

5 Respectivamente: Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

mos compreender as estruturas sociais e cognitivas sobre as quais se formam um preconceito ou um estigma<sup>6</sup>, mas temos dúvidas sobre como devemos direcionar nosso empenho em revelar as modificações nestas mesmas estruturas e seus efeitos no desfazer de uma ideia para a vida social.

Ao transitar por um contexto tão peculiar, as emoções sentidas na experiência com a *pista* fizeram-me rever a posição de pesquisadora até então assumida para a entrada em campo. Dito de outra forma, não há “preparo técnico” que uma vez adquirido tenha o efeito de neutralizar nossos próprios preconceitos e que não indique o limite dos nossos próprios discursos. Essa reflexão nos acompanhou, especialmente, na primeira parte da coleta de dados da pesquisa: no encontro do pesquisador com o outro pesquisado não há palavra – compreendida enquanto instrumento dialógico que transporta conceitos e imagens – que seja plenamente consensuada, conhecida e compartilhada. Ainda que *sejamos modernos*<sup>7</sup>, se queremos apreender os signos de um grupo a ser pesquisado é fundamental que trabalhemos para aumentar o volume de significados que uma mesma palavra possa comportar.

Problemas acerca do conhecimento também foram discutidos por Sandra Jovchelovitch (2008) que nos alerta para o perigo da corres-

---

6 Apoiamo-nos nas sistematizações realizadas por Pereira, Torres e Almeida (2003) e Arruda, Gonçalves e Mululo (2008) para definição dos conceitos de preconceito e estereótipos. Ambos os estudos criticam as explicações essencialmente cognitivas e das causas psicológicas e preocupam-se em evidenciar os fatores culturais e socioeconômicos na construção dos preconceitos e estereótipos. Portanto, preconceito refere-se à forma como se relacionam e estabelecem relações de poder entre grupos, que constroem e carregam representações ideológicas que buscam justificar atitudes negativas e discriminatórias em relação à outros grupos (PEREIRA; TORRES; ALMEIDA, 2003). O estereótipo, relaciona-se à construção da alteridade e ao exercício da diferença entre o “mim” e o “outro”, nesse sentido, simplificam e categorizam a quantidade de informações de que dispomos no convívio social ao produzir uma economia de pensamento para a definição de grupos e relações sociais (ARRUDA; GONÇALVES; MULULO, 2008).

7 A expressão em itálico ampara-se nas reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2005) que critica a ciência preocupada em eliminar a interferência do humano do processo de construção do conhecimento. Além disso, o autor esclarece que o produto da ciência é oriundo de um ato de criação de cada cientista, trazendo para o mesmo nível hierárquico as verdades produzidas pela ciência, pela religião ou pela arte.

pondência entre a representação e o mundo real ao enfatizar o caráter polifásico da representação, que deve considerar um sistema representante (estrutura intersubjetiva entre Eu e o Outro) e o sistema representado, tais como outras pessoas e outros objetos do mundo.

Portanto, pela compreensão da existência de mundos de saberes e pelos desafios que surgem a partir de qualquer intenção dialógica entre esses diferentes mundos tal como registrado por Jovchelovitch (2008), arriscaremos algumas definições sobre o contexto da *pista*, esse cenário que parece naturalmente destinado à circulação travesti e no qual foram realizadas a maioria das entrevistas.

A *pista*, em sua dinâmica de perigo e prazer também se ordena em torno de algumas regras e mitos. Um primeiro aspecto refere-se à organização do comércio do sexo. É comum que cada ponto de prostituição tenha uma “dona” (ou cafetina) para quem as outras travestis são subordinadas. Na maioria das vezes, estas donas recebem das demais travestis uma quantia em dinheiro para uso do ponto. O serviço que as cafetinas oferecem em troca é a organização da pista: definem quantas travestis poderão utilizar o local, proíbem uso de álcool e outras drogas no espaço, administram os conflitos que podem surgir entre as travestis e entre estas e os clientes e oferecem proteção, muitas vezes, exercida através do uso da violência.

Ainda que precise se impor pela força ou pela violência, a cafetina torna-se uma figura respeitada e admirada por todas as travestis. O posto de “dona da pista” é herdado. Quando a atual dona, por algum motivo, decide abandonar o local, herdará o ponto a travesti que há mais tempo trabalha no local. Esta deverá ser responsável pela manutenção destas mesmas regras tendo, também, certa autonomia para mudá-las.

Se as regras impostas pelas cafetinas representam o código para uso do local, o apelo a entidades místicas para resolução de conflitos que surgem nas relações que se constituem nessa organização é frequente. É sabido da aproximação das travestis com as religiões de matrizes africanas. De acordo com João Silvério Trevisan (2007), existem inúmeras especulações acerca das relações entre Candomblé e

homossexualidade, uma delas ressalta a importância das mulheres na manutenção dos ritos e das tradições religiosas.

Segundo a tradição nagô dos Candomblés, somente as mulheres estão aptas a lidar com as divindades. O serviço cultural dos homens passa a ser visto como blasfemo, ao mesmo tempo em que a função sacerdotal é tida como desvirilizante e emasculadora. No entanto, com uma cisão relativamente recente que deu origem, dentro do Candomblé, ao culto dos caboclos, o rigor afrouxou e os homens foram sendo mais comumente admitidos ao sacerdócio. [...] Mas esse relaxamento da tradição não permitiu abrir mão do princípio fundamental do Candomblé: só a feminilidade pode servir aos deuses – de modo que os homossexuais socialmente caracterizados como tais acabam sendo fartamente admitidos, seja por sua aparência afetada, seja apenas por suas qualidades (inclusive místicas) consideradas “femininas” (TREVISAN, 2007, p. 481).

Ainda que alguns autores tenham identificado o decréscimo dessas práticas influenciado pelo aumento das igrejas neopentecostais (DUQUE, 2009) elas ainda persistem, sendo incorporadas ao cotidiano travesti pela apropriação de um vocabulário específico (TEIXEIRA, 2008; JIMENEZ; ADORNO, 2009<sup>8</sup>) e uso de elementos, que, incorporados às práticas, acreditam ajudar-lhes nas suas relações de desejos e disputas. Vejamos o registro do diário de campo:

Ao final, paramos em Campo Grande na expectativa de conseguir alguma entrevista. Realizei entrevista com Laila<sup>9</sup>, que segundo Ax é “dona da rua” Terminada a entrevista Ax me explica que o movimento em Campo Grande estava fraco, com pouca

8 Teixeira (2008) relata o aprendizado do *Bajubá* - dialeto utilizado pelas travestis e oriundo do *ioruba-nagô* – em sua pesquisa com travestis na cidade de Uberlândia/SP-Brasil. Já Jimenez e Adorno (2009) esclarecem que a gramática *yorubá*, de origem no continente africano, permite a existência de corpos híbridos uma vez que suas regras gramaticas não estão centralizadas em torno da dualidade sexo/gênero. A gramática *yorubá* aliou-se às religiões afro-brasileiras, cujos deuses e deusas também apresentam hibridismos de gênero e corpos flexíveis.

9 Os nomes sociais das participantes foram trocados.

frequência de clientes, porque outra travesti, Raiane, havia, por desavenças com Laila, feito um “trabalho” para “trancar a rua”. (24/08/2011, quarta-feira, aproximadamente 22:40).

Sendo assim, quisemos ressaltar o espaço da *pista* e seu conjunto de significados, que junto à prostituição, é constantemente lembrado no relato das participantes e na bibliografia utilizada para discutir o conjunto de dados que serão apresentados. Buscamos também refletir sobre a postura de “não saber”, sentida inúmeras vezes por pesquisadores e demais cientistas diante de uma questão a ser explorada e que aqui está expressa no relato das experiências da pesquisadora com o campo.

A partir disso, delimitamos como objetivo central de investigação conhecer as representações sociais de masculinidades e de amor elaboradas por travestis. Ainda dentre os objetivos, buscamos apreender experiências de discriminação e preconceito vividas, bem como relacionar estas experiências às construções das representações sociais investigadas.

## MÉTODO

Participaram desta pesquisa 21 travestis. Definimos como critérios de seleção: ser residente no Espírito Santo na ocasião da entrevista, já ter iniciado o processo de transformação do corpo e autoidentificação como travesti. Nossa intenção inicial foi reunir uma amostra jovem, pois a literatura que aborda essa temática define este momento da vida, quer seja, adolescência/juventude, como a época de decisões e mudanças importantes na vida da travesti, tais como: a transformação do corpo; o abandono da vida escolar em consequência do início da transformação; a revelação ou descoberta da travestilidade pela família e a forte rejeição por parte de seus membros; a entrada na prostituição, etc. Diante disso, realizamos a coleta com travestis jovens sem, entretanto, excluir participante que tenha declarado idade acima dos 25 anos<sup>10</sup>.

10 Quisemos, inicialmente, pesquisar somente travestis menores de 18 anos, mas, nestes casos, a necessidade de consentimento por parte de um responsável foi impedimento para

Utilizamos como instrumento a entrevista com roteiro do tipo semi-estruturado, tal como defendida por George Gaskell (2002)<sup>11</sup> em estudos acadêmicos qualitativos, construído com questões que abordaram os seguintes eixos: dados sociodemográficos, atividades e lazer, processo de transformação do corpo e relacionamentos amorosos. Os dados foram gravados em áudio digital e posteriormente transcritos.

Contamos com a colaboração da ONG Associação de Gays do Espírito Santo para elaboração em conjunto de um cronograma para idas a campo e para abordagem inicial das participantes que encontravam-se em vias públicas na atividade da prostituição. Estas entrevistas foram realizadas em dias úteis e finais de semana, sempre no período da noite. Todas as entrevistas foram realizadas somente com a presença da pesquisadora e da participante. Como muitas destas narrativas foram concedidas no espaço da pista, Ax, nossa colaboradora, apenas fazia a intermediação entre o horário de programas com clientes e o horário no qual seria possível a realização da entrevista. Essa estratégia foi utilizada para que não invadísemos e também não atrapalhássemos a realização do encontro entre travestis e clientes.

Uma vez apreendidas as regras, ritmos e significados da *pista*, questionamos a imediata associação entre *pista* e travestilidade. Decidimos, então, realizar entrevistas em espaços que não o ponto para prostituição e identificar e buscar outras travestis que possuíssem ocupação e profissões que não fosse a de profissional do sexo a fim de ampliar os enunciados discursivos do grupo de participantes. Mais uma vez, Ax, nossa colaboradora, identificou e indicou travestis conhecidas, que também indicaram outras. Importante citar que estas participantes, ou seja, as que estavam “fora da pista” no momento da entrevista foram justamente as que contavam com mais idade, considerando o grupo trabalhado nesta pesquisa.

---

participação de adolescentes na pesquisa. Ampliamos, então o critério de idade para as participantes, privilegiando, sempre que possível, travestis jovens com idades até 25 anos.

11 “O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2002, p. 65).

Estas outras entrevistas foram realizadas em praças públicas no bairro de moradia das entrevistadas, nos locais de trabalho das mesmas, em eventos e conferências para LGBT e nas residências das participantes. Tiveram como característica o fato de serem entrevistas mais longas, cuja receptividade ao desenvolvimento das questões apresentadas pela pesquisadora foi maior e onde o fluxo da narrativa foi editado pela própria, aproximando-se dos critérios delineados por Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer (2002) sobre a entrevista narrativa.

Para tratamento e análise dos dados utilizamos as técnicas de análise de conteúdo tal como apontadas por Laurence Bardin (2009), a fim de aplicar os critérios da “vigilância crítica” e de “técnicas de ruptura” na intenção de tratar um conteúdo proveniente de registros de pesquisa de maneira rigorosa e interpretativa, e evitar a mera descrição dos registros. Dentro dessa proposta, tomamos como referência as técnicas para análise de conteúdo categorial-temática apresentada por Denize Cristina de Oliveira (2008).

## **RESULTADOS DISCUTIDOS: *PROSTITUIÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, FAMÍLIA E PRECONCEITO***

Das 21 entrevistadas, 10 tinham na ocasião da entrevista idades entre 20 e 25 anos, 06 estavam com mais de 25 anos e 05 das entrevistadas tinham menos de 18 anos, ou seja, as reflexões que serão apresentadas reúnem elementos que podem contribuir para a compreensão de um panorama de discussão sobre a relação entre juventude e travestilidade.

As participantes seguem um padrão de ocupação profissional já bem conhecido das travestis brasileiras: o de se tornarem profissionais do sexo e de manterem uma estreita e íntima relação com o campo da prostituição (DENIZART, 1997; SILVA, 2007; KULICK, 2008). Em relação à escolarização, das 21 participantes, 9 possuem o ensino fundamental incompleto, 1 possui médio incompleto (interrompeu os

estudos antes de concluir) e 7 concluíram o ensino médio. Apenas 04 ainda estudavam quando as entrevistas foram realizadas.

Tendo como alternativa profissional o desempenho de atividades tradicionalmente executadas por mulheres (prostitutas e cabeleireiras) e que exigem pouca qualificação, a prostituição desponta como a possibilidade de trabalho com melhor remuneração. Esta escolha consolida a desistência da busca pela formação profissional através do ensino regular formal já desde muito novas. Desistindo de projetos de vida que incluem a frequência à escola, o elemento econômico também contribui para fomentar significados às experiências com a prostituição. Além disso, cabe ressaltar que as profissões relacionadas ao mercado do sexo e da estética são as que mais acolhem as travestis em seus postos, tal como observado por Ferreira (2003, 2009).

Nas questões que fizeram menção à autoimagem e autoidentificação foram numerosas as referências à satisfação adquirida com a imagem após a transformação, reveladora de uma cisão entre um sujeito do “passado” e o atual do “presente”. Referem-se à vida antes da transformação e a uma infância vivida, na maioria das vezes, com dificuldades. Socializadas em famílias oriundas de um contexto de carências financeiras, a referência à identidade masculina é registrada em falas que revelam infelicidade e insatisfação. A timidez e o embotamento causados por esta condição as fazem vislumbrar desde muito novas a necessidade da conquista de independência financeira e o rompimento do contexto familiar.

Sempre fui uma menina! (risos) Quem olhava para mim já via que eu era uma menina, que que não era um menino e isso incomodava ela e ela me agredia. Saí da minha casa com 15 anos. Hoje eu vivo, desde os meus 15 anos aprendi a viver sozinha, me virar sozinha, contar com meu dinheiro... (Alexandra, 27 anos, profissional do sexo. Entrevista realizada na residência).

Se os relatos sobre o passado expõem uma infância difícil aliada ao sentimento de não identificação com uma vida de homem, o presente é relatado a partir de experiências que revelam satisfação, felicidade e

extroversão. Este autorreconhecimento está estritamente relacionado à nova identidade, assumida após a transformação.

A defesa de uma autoimagem positiva afirma-se pela oposição ao que pode ser arbitrariamente atribuído às travestis no meio social: uso de drogas, atos transgressores e infratores, vulgaridade, escândalo. No entanto, este autorreconhecimento se confirma também a partir do olhar do outro, onde um elemento atua conferindo maior legitimidade à imagem positiva criada e alimentada: o trabalho fora da prostituição.

Sobre este aspecto, chama-nos a atenção a invalidação (ou anulação), ou seja, a dificuldade de algumas participantes falarem sobre si e sobre atividades que gostam ou realizam e que conferem sentido ao ser travesti. Identificamos que todas as participantes que tiveram dificuldades de falar sobre si estavam ativamente na atividade da prostituição. Nesse sentido, a prostituição parece impedir o desenvolvimento das mesmas, ou seja, a descoberta de outras atividades que façam sentido para além deste campo, mantendo-as num mundo restrito e ausente de outras possibilidades de significação. Dessa forma, vemos que a inserção na prostituição e no trabalho formal altera a forma como se veem e se projetam na vida, cujo valor de si é percebido fora do comércio do sexo. Como exemplo: “É menina, o que eu posso falar de mim? Que nem você viu aí: eu sou uma pessoa, uma puta de rua, entendeu!” (Pâmela, 17 anos, entrevista realizada na pista).

A prostituição como ocupação é justificada pelas participantes, sejam profissionais do sexo ou não, a partir de duas posições: como escolha deliberada e intencional realizada mesmo com a consciência das intempéries e prejuízos advindos desta condição; ou como fatalidade, determinada por uma vida de carências e dificuldades, mas através da qual vislumbram, fundamentalmente, possibilidades de ganho material e econômico. Entre as que acreditam que a prostituição é uma escolha, estão as que possuem ocupação fora do mercado do sexo. Curioso observar que estas participantes, além de não coadunarem com o argumento da fatalidade, conseguem se projetar no futuro de maneira mais confiante, onde possibilidades de uma vida feliz são positivamente vislumbradas.

Estando ou não na atividade da prostituição, esta se configura como um território altamente significado pelas travestis. Para as que nele habitam, são recorrentes os relatos de experiências marcadas pela solidariedade e a disputa (PELÚCIO, 2005, 2007; TEIXEIRA, 2008). Já as que possuem trabalho fora da prostituição, reafirmam a posição moralmente condenável da atividade, contribuindo para a imagem de desordem e incredulidade que as rodeiam (CARRARA; VIANNA, 2006).

Dessa forma, a dinâmica que não raro precede a esta etapa envolve: a transformação iniciada na adolescência seguida da rejeição, violência ou abandono familiar, acompanhado do desejo de independência e necessidade imediata de recursos financeiros. Num cenário em que as adversidades são vividas dia a dia, o perigo encontrado na rua ou em outras formas de exercício da atividade deve ser suportado, uma vez que esta é considerada uma das únicas possibilidades de sobrevivência. O sentido de destino e fatalidade adquirido com a entrada na prostituição influencia fortemente as projeções de vida, que se tornam pobres e inviáveis. Portanto, tornado um campo significado negativamente, confirmam a ideia de que a satisfação advinda com o trabalho está relacionada à vida fora da *pista*.

Ah, eu pretendo ser uma pessoa como qualquer uma entendeu. Uma pessoa que possa ter um valor lá na frente entendeu. (Amanda, 18 anos, profissional do sexo. Entrevista realizada na pista).

Sair daqui entendeu. Acabar com esse negócio de prostituição, arrumar um emprego. Eu tenho essa vontade entendeu, porque isso aqui não é vida pra ninguém. Eu tenho muita vontade de voltar a estudar, entendeu, que eu estudei até a oitava série e não terminei o segundo grau. Minha vontade total é de sair daqui entendeu. (Thainá, 25 anos, profissional do sexo. Entrevista realizada na pista).

Ainda no grupo entrevistado, existem aquelas que relataram buscar a *pista* interessadas em lazer e diversão. Estas, além de serem jovens, possuem fonte de renda paralela à prostituição. Outro aspecto

observado nesse conjunto de participantes está na afirmação de que preferem não assumir a figura feminina de forma definitiva.

Duque (2009) identifica o recurso à “montagem estratégica” utilizada por travestis adolescentes da cidade de Campinas-SP/Brasil. Para o autor, a montagem estratégica busca articular a construção e desconstrução da feminilidade como forma de evitar a vergonha e o estigma. Dessa forma, ao transitarem pelos espaços sociais ora utilizando de uma apresentação mais “masculina” ora de uma apresentação mais “feminina”, buscam fazer frente a outros campos de relação de sua vida social, em especial os espaços de trabalho formal, buscando também opor-se à imagem desqualificada da “travesti de rua”.

Tal como relatado por Pelúcio (2011), o processo de transformação é longo e pode durar toda uma vida. Inicia-se na adolescência (BENEDETTI, 1998, 2005) período de decisões e definições importantes para concretização de sentimentos e desejos vividos desde a infância. Nesse momento, é comum travestis mais velhas exercerem influência no processo de mudança que se inicia nas travestis mais jovens. Não raro, são estas que, além de auxiliarem na apreensão dos atributos e artefatos socialmente destinados às mulheres, introduzem a jovem travesti no mercado do sexo (PELÚCIO, 2005).

Eu não tinha inspiração nenhuma. Eu conheci uma travesti que morava perto da minha casa, Tamara. Aí achei bonito, me inspirei nela, e comecei a vim pra pista, fazer programa por causa dessa travesti. (Tábata, 22 anos, entrevista realizada na pista).

Nesse sentido, a transformação concretiza a identificação e apreensão do universo feminino iniciada na infância. Para algumas, a identificação com o universo feminino é tão forte que é entendido como essência inata do que se é. Já para a família a transformação significa a transgressão de um suposto gênero natural, vivida, muitas vezes, pela impossibilidade de manutenção dos vínculos familiares e urgência com o rompimento do “mundo da casa”.

Tal como relatado anteriormente a *montagem estratégica* passa a ser o recurso utilizado pelas mais jovens, onde a transformação limita-

-se ao uso de adereços destinados ao gênero feminino, sem adotarem outros caminhos mais radicais, tais como uso de hormônio e realização de cirurgias plásticas.

Portanto, observamos que o primeiro passo utilizado pelas travestis no processo de transformação envolve a montagem que, tal como definida por Benedetti (2005), define-se pela construção diária da imagem a partir do uso de acessórios e indumentárias socialmente convencionados ao feminino.

Somente com a montagem o “ser travesti” passa a existir. Antes disso, é comum o uso de expressões tais como *boyzinhos* ou *gayzinhos* para se referirem à imagem masculina, porém afeminada, que possuíam. Contudo, a montagem passa a ser um passo corajoso, mas não suficiente para se autodeterminarem como travesti, preferindo a alcunha de *gay montada*.

Com a *montagem*, o passo seguinte está na decisão pelo uso de hormônios. As interações orgânicas relatadas pelo uso de comprimidos e injeções contraceptivas são ditas em seus benefícios e malefícios no corpo da *trans*. Tal como estudado por Benedetti (1998, 2005), dentre os benefícios estão a definição de formas corporais femininas: voz afinada, sentimento e desejo femininos, ausência de pelos no corpo. Muitas acreditam que a ingestão de hormônios deve começar cedo, ainda na puberdade, para evitar que o corpo siga seu percurso natural e torne-se masculinizado.

A ingestão de hormônios pode se dar por conta própria e as informações necessárias para sua administração circulam no contato e convívio com outras travestis. No entanto, muitas dizem procurar consulta médica antes de iniciarem a hormonização, receosas dos efeitos negativos que a ingestão destas substâncias pode causar. Além dos efeitos colaterais negativos relatados pela ingestão deliberada e exagerada de hormônios, a procura pela consulta médica revela a busca pela ordenação científica do processo de transformação. De alguma maneira, acreditam que a mistura de “naturezas” diferentes e opostas pode resultar em doenças e anomalias, referendando a forte crença na radicalidade das diferenças biológicas dos corpos.

[...] eu retardei um pouco essa metáfora da minha vida, porque eu tinha muito medo daquela transformação. O hormônio, como que ele ia interagir no meu corpo, se ele ia me fazer mal. Então assim, eu comecei a estudar muito sobre o assunto da hormônioterapia, aí eu comecei a ver, analisar as pessoas, como eram os resultados, os métodos, eu procurei um médico para poder fazer essa... me explicasse melhor (Michele, 24 anos, concedeu a entrevista por ocasião da Conferência Estadual LGBT/ES de 2014, na qual éramos delegadas pelos nossos municípios. Sobre sua ocupação disse que no momento estava fazendo “programa”).

A realização de cirurgias plásticas, além de configurar-se como uma saída para evitar os males do uso de hormônios, determinam a condição travesti, ou seja, a decisão por apresentarem-se como mulheres de forma permanente.

A maioria de nossas entrevistadas que realizaram o implante de próteses de silicone o fizeram com médicos cirurgiões plásticos, em oposição a um caminho já bastante conhecido e utilizado por travestis brasileiras, que é o da aplicação de silicone industrial através das *bombadeiras*<sup>12</sup>. Ainda que as travestis participantes pareçam abandonar a preferência pelo uso do silicone industrial, método clandestino porém acessível financeiramente, o recurso para a cirurgia plástica não é tão facilmente conseguido, alimentando sonhos de uma vida cujas possibilidades de realização financeira concentram-se fora do país.

É nesse cenário que a Europa ainda configura-se como o continente cujos países, ao contrário do Brasil, permitem ascender a uma vida em que a satisfação financeira e a cidadania estão asseguradas. Kullick (2008) e Teixeira (2008) discutem os desejos e angústias das travestis brasileiras que migraram ou pretendem migrar para a Europa, identificando nesse fluxo migratório os significados da vida na Europa, que expressa o ganho de um capital simbólico para além dos rendimentos financeiros. Tal como descrito por Pélúcio (2005):

12 Maiores informações sobre quem são, o que e como fazem as *bombadeiras* poderão ser encontradas no documentário dirigido por Luiz Carlos de Alencar (2007).

Na Europa adquirem um outro traquejo: aprendem a falar um novo idioma, conhecem culturas diferentes, orgulhando-se de se aproximarem de um refinamento burguês, o que leva a um conseqüente afastamento do gueto. [...] Para algumas, a Europa significará um ponto de viragem, promovendo-as no mercado sexual brasileiro, não só pela sua passagem por lá, mas por possibilitar transformações radicais no corpo (p.11).

Se a cirurgia plástica é a conclusão de um processo permeado de dúvidas e receios, a cirurgia de redesignação sexual é uma possibilidade pouco cogitada e mencionada pelas mesmas. Entendida como um limite que não deve ser ultrapassado, a negação da transformação radical num corpo de mulher assenta-se em dois aspectos: a necessidade de ter e oferecer prazer e a recusa à fixação numa condição estritamente feminina. Nesse sentido, a discussão apontada por Nascimento e Trindade (2004) nos faz compreender que a relação entre o pênis e o corpo ainda figura como uma exigência da apresentação da masculinidade, aspecto também presente na construção social da identidade travesti.

Além da transformação, que marca a ruptura com o mundo familiar e organiza o sentido de passado, presente e futuro das *trans*, as relações com a família de origem também exercem importante influência à compreensão da travestilidade no grupo trabalhado.

A aceitação da família é um processo complexo. Num primeiro momento, a revelação da homossexualidade e/ou travestilidade confirma a percepção construída pelos familiares acerca das mesmas desde a tenra infância. Os relatos de não aceitação e conflitos nas relações familiares são frequentes, o que contribui para a busca de independência financeira e saída de casa. Da amostra pesquisada, poucas são as que residem com familiares e a maioria relata morar só. Portanto, a aceitação da travestilidade/homossexualidade configura-se num processo construído e elaborado por todos, travestis e familiares, cujos elementos envolvem o apoio financeiro que algumas entrevistadas concedem às famílias, dinheiro advindo muitas vezes da prostituição.

Nos relatos sobre a composição familiar podemos perceber que a mãe ocupa uma posição emblemática no discurso das entrevista-

das e é sobre quem recairá a ênfase de sentimentos de admiração e perdão, atuando como matriz de identificação para as mesmas. Também observamos menções ao pai na fala das participantes, contudo estas menções relatam a ausência e o vazio em torno desta figura, o que torna a representação da mãe ainda mais central na dinâmica familiar.

[...] eu fui criado só com ela. Ela e minha avó. Eu não tive figura masculina, que é a primeira coisa que se pensa quando se muda a inclinação pro homossexualismo que acha que é a carência de paterno. E eu discordo disso. Eu tive uma vida de menino normal pra ter minhas opções (Cristina, 36 anos, cabeleireira e maquiadora, a entrevista foi no salão onde trabalhava).

Se as relações com pais, mães e outros familiares são marcadas pela aceitação e rejeição, perdão e ressentimento, as relações com irmãos são descritas de forma fraterna e leve. As famílias das participantes são de composição numerosa e a contagem sempre é feita pela participante a partir do núcleo composto e/ou recomposto pela mãe. Todas possuem irmãos e se veem pertencendo a um conjunto familiar que possui uma média de 3 filhos, incluindo a participante.

Ao constatarmos o elemento de fraternidade e o caráter amistoso presente nas relações com irmãos, inferimos que, se há dificuldade por parte da mãe e de outros membros da família na aceitação da travestilidade/homossexualidade, o mesmo não acontece com os irmãos. A questão pode ser compreendida considerando o estabelecimento de hierarquia entre os membros familiares. Portanto, se as relações entre pais e filhos são marcadas pela presença da autoridade e da construção de expectativa em relação ao futuro dos filhos balizados por um ideal de vida heterossexual, estas questões tendem a desaparecer na relação entre irmãos, permeada por uma maior igualdade. “Nós brinca dentro de casa. Nós se dá super bem, entendeu, nós irmãos dentro de casa.(Pâmela, 17 anos, entrevista realizada na pista).”

Lacerda, Pereira e Camino (2002) conceituam o preconceito em estudo com homossexuais na perspectiva das representações sociais como:

uma forma de relação intergrupala onde, no quadro específico das relações de poder entre grupos, desenvolvem-se e expressam-se em atitudes negativas e depreciativas além de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de um grupo por pertencerem a esse grupo (p. 166).

Em nossa pesquisa, vemos que as entrevistadas percebem e circunscrevem o preconceito a partir de dois núcleos de relações: a sociedade e a família. O preconceito intrafamiliar aparece relativizado na fala das entrevistadas. Sobre esse aspecto, supomos que as referências afetivas estabelecidas com o contexto familiar de origem atuam redimensionando essas relações e é nesse jogo que envolve momentos de tensão e acolhimento que o processo de aceitação da nova identidade de gênero por parte dos familiares e das entrevistadas se constrói. No entanto, essa relativização encobre a extrema violência na manifestação desse preconceito por parte de familiares, tal como podemos observar na fala a seguir:

[...] eu sofri preconceito mais da minha família mesmo que já me botaram pra fora de casa várias vezes, entendeu. Tive que ficar na rua, dormindo na rua. Eu tinha 13 anos de idade. Então eu passei por uma situação difícil. (Sofia, 17 anos, disse ter curso de cabeleireira mas não exerce a profissão. Disse ser “do lar” e já ter sido profissional do sexo. A entrevista foi realizada numa praça pública no bairro onde morava).

Em relatório sobre a violência homofóbica no Brasil no ano de 2013 (BRASIL, 2016) consta que 44,6% das vítimas possuem idades entre 15 a 30 anos e em 25,7% dos casos a violência ocorreu dentro de casa. Nos relatos de nossas entrevistadas, se a familiaridade com o agressor ameniza a percepção da atitude violenta, as reações de preconceito da sociedade são sentidas na forma de gestos e olhares recriminadores e nos relatos de agressões verbais e físicas. Interessante notar que em ambas as manifestações do preconceito, intrafamiliar e por parte da sociedade, chama-nos a atenção o conteúdo misógino<sup>13</sup> evidenciado em algumas dessas falas.

---

13 Jack Holland (2010), ao realizar um apanhado sobre a história da misoginia, afirma que muitos não a veem como um preconceito, senão como algo inevitável dado sua proeminência pelos tempos e sua difusão entre diferentes culturas. Esclarece ainda que a

Porque nós temos uma identidade de gênero, entendeu? Feminina. Nós não somos masculinas, somos femininas e isso agride as pessoas, incomodam. (Alexandra, 27 anos, profissional do sexo. Entrevista realizada na residência da entrevistada.)

Como consequências do preconceito destacamos o medo – como emoção que muitas vezes acompanha a vida da *trans* – e a negação à travesti do seu direito de circular no meio social. Essa interdição do espaço social as impedem de entrar no mercado formal de trabalho, surge nos momentos de encontro com a vizinhança domiciliar e as retira das salas de aula. Lembramos que, por caracterizarem um grupo de jovens travestis, sob forte influência das experiências iniciadas com a transformação, os relatos de rejeição vivenciados no espaço escolar são os mais lembrados pelas mesmas.

Eu tinha 13 anos, estava na sétima série, o motivo que a escola todinha, juntaram mais de 30 alunos para me bater. E o diretor falou assim que eu não podia fazer nada, que eu era travesti, eu tava virando travesti, que era gay, eu pedi pra fazer isso, eu pedi para que isso acontecesse. Então eu peguei e saí da escola porque não estava aguentando mais. Eu não tinha força, nem ânimo para poder estudar, aí por isso eu saí da escola. (Michele, 24 anos, concedeu a entrevista por ocasião da Conferência Estadual LGBT/ES de 2014, na qual éramos delegadas pelos nossos municípios. Sobre sua ocupação disse que no momento estava fazendo “programa”).

Joseli Maria Silva (2008) aponta a escola como um agente eficaz tanto na reprodução do ideal heteronormativo quanto (e também por isso) na produção do fracasso escolar dos corpos *trans*. A autora denomina de produção de espaço interdito a capacidade de determinados grupos de apropriar e dominar lugares afastando destes os corpos desviantes e subjugando-os à circulação em espaços específicos. Também por isso, as travestis idealizam uma vida em outros territórios, que não os já conhecidos e habitados pelas mesmas.

---

misoginia é um preconceito tão antigo e tão óbvio, que tornou-se difícil percebê-lo como algo nocivo, amparado na crença de que as mulheres violam a ordem moral do mundo.

## MASCULINIDADE E FEMINILIDADE NO JOGO DE ESPELHOS DO AMOR

Um primeiro elemento refere-se à defesa das participantes de sua posição feminina. Os enunciados que fazem referência à satisfação das participantes em “se sentirem femininas” e de “gostarem de ser mulher”, também emergiram nos trabalhos de Benedetti (2005) e de Pelúcio (2005). Para tanto, referendam sua imagem em características tradicionalmente atribuídas ao gênero feminino, como: doçura, delicadeza, meiguice, fragilidade, passividade, vaidade, calma e também “saber se comportar”.

[...] porque eu sou muito carinhosa, muito ciumenta, muito briguenta, entendeu. Aí eu acho que passo mais o lado feminino. (Amanda, 18 anos, profissional do sexo. Entrevista realizada na pista.)

No entanto, não basta que se sintam ou queiram ser mulheres, precisam convencer, adquirir êxito nessa posição, serem reconhecidas enquanto tal e para isso dependem da participação de outro agente no processo: os homens com seus olhares e posturas desejanter do corpo *trans*. Para tanto, empenham-se no aprendizado gestual e na incorporação de signos e atributos entendidos como femininos (BENEDETTI, 1998, 2005; PELÚCIO, 2005), sobre os quais recai um importante elemento a ser analisado: a competição que estabelecem com as “mulheres de verdade” (DENIZART, 1997; KULLICK, 2008).

Até nisso tem mulheres que tão se perdendo, tem mulher hoje em dia, que é o que eu via minha mãe, uma mulher que cuidou de dois filhos sozinha, mas ela não deixava de ser feminina, e até isso nela mudou também. Eu acho que certas coisas do feminismo, a mulher foi se masculinizando. E eu penso exatamente o contrário entendeu. Eu acho que ela tem que ter profissão, tem que tá nesse nosso meio social, mas tem que ter feminilidade. (Cristina, 36 anos, cabeleireira e maquiadora. Entrevista realizada no salão onde trabalha).

Este homem, sobre quem projetam seu corpo e também seu desejo, está caracterizado por uma imagem fortemente oposta à imagem feminina construída e na qual se amparam. Este homem, para ser reconhecido enquanto tal, deve ser forte, viril, grosseiro, frio e heterossexual. Dessa forma, o que dá a dimensão do feminino é a imagem viril e máscula de seus parceiros e é esse jogo do desejo que as feminiliza tanto ou mais do que a transformação. Trindade e Nascimento (2004) buscam articular a experiência da homossexualidade às construções sobre o masculino a partir de três modelos: o heterossexual masculino, o homossexual masculino e o modelo feminino. Dessa forma, discutem como a homossexualidade (nesse caso, a masculina) tem amortizado a construção de um modelo social de masculinidade hegemônico que também é sistematizado pelos autores pelas características acima descritas.

Se a força é um dos atributos mais valorizados no homem é nesse aspecto que assumem igualar-se aos mesmos. Outros autores como Denizart (1997), Kullick (2008), Pelúcio (2011), Silva e Barboza (2005) também identificaram em seus estudos este mesmo aspecto. Para as entrevistadas, é possível sacar sua “natureza masculina” em situações de conflito e disputa e usar da força física. Assim, compreendemos que a masculinidade travesti aloca-se no próprio corpo, amparada na crença determinista e essencialista de que a natureza não se contradiz e de que todos sucumbem, em algum momento, à “força da natureza”.

Querendo ou não você tá brigando com um homossexual. Ele é homem igual a outra pessoa. É homem. É lógico, se precisar de eu brigar com alguém, eu vou descer do salto e vou descer a mão. (Bianca, 24 anos, maquiadora, entrevista realizada no salão onde trabalha).

Quando se referem aos relacionamentos, as entrevistadas justificam as posturas românticas, carinhosas, ciumentas e passionais assumidas a partir da composição feminina que criaram e com este aparato idealizam uma vida a dois. Já neste momento, este homem, com quem pretendem ter uma vida a dois, deixa de ser o forte e musculoso para estarem com alguém que seja romântico e sincero, mas também

maduro, trabalhador e companheiro. No entanto, algumas interpretam as experiências que tiveram num sentido oposto ao relatado, classificando os homens com quem estiveram como interessados somente em sexo e dinheiro.

Ainda assim, existem os relatos de relacionamentos que foram e são vividos com satisfação. Muitos dos relacionamentos com os “maridos”<sup>14</sup> são relatados a partir das experiências de carinho, respeito e diálogo vividos entre o casal. No entanto, se as travestis não sofrem pressão social por se relacionarem com homens heterossexuais – que para elas significa reconhecimento da condição feminina – o mesmo não podemos dizer de seus companheiros, que são constantemente questionados pelo fato de estarem com uma *trans*. Este fato, muitas vezes, os lança em conflito com o próprio desejo, cuja satisfação, para muitos, restringe-se na possibilidade do programa pago com uma *trans*, uma vez que pagar prostitutas é uma atitude socialmente legitimada na socialização masculina.

Porque tem muita gente que vê eu mais o meu namorado no meio da rua, assim, aquele ar de susto, entendeu. E tem amigos, principalmente amigos, que criticam: “pô, você vai deixar de ficar com uma mulher pra ficar com um travesti? Que é homem do mesmo jeito?” (Sofia, 17 anos, disse ter curso de cabeleireira mas não exerce a profissão. Disse ser “do lar” e já ter sido profissional do sexo. A entrevista foi realizada numa praça pública no bairro onde morava).

Esse contexto facilita a idealização tanto do relacionamento quanto do homem com quem esperam dividir o dia a dia. Este homem que assume a face de um homem honesto, sincero, fiel, carinhoso e maduro, financeiramente independente e equilibrado emocionalmente é personificado na figura do homem mais velho, que reúne condições tanto materiais quanto psicológicas para assumir um relacionamento com uma *trans* sem receio de ser estigmatizado. Com este homem, pretendem um relacionamento onde o sexo deixa de

14 Segundo Larissa Pelúcio (2006), “marido” é uma expressão utilizada pelas travestis para referirem-se aos seus namorados e/ou companheiros, independente da vivência conjugal.

ser central para dar lugar ao companheirismo. Nesse cenário, fomentam a busca de experiências conjugais que se estabelecerão a partir da divisão de tarefas e responsabilidades, na ausência de papéis rígidos e no apoio mútuo.

[...] uma pessoa que vai me ajudar a batalhar, que vai me ajudar a caminhar que a gente tenha uma fonte de viver a vida juntos, uma vida bem, uma vida estável entendeu. Isso seria um relacionamento perfeito. Uma pessoa que gostasse de mim do jeito que eu sou, que não tivesse vergonha de me mostrar pra ninguém, que fosse muito objetivo: “Ah não. Você é meu e ninguém tem que se envolver com isso”. Meu relacionamento perfeito é esse. (Ana Lúcia, 23 anos, entrevista realizada na pista).

Sobre estas questões, nos amparamos em Pelúcio (2006) que lembra que o investimento numa educação moral e corporal, cujo objetivo final é o êxito de sua condição feminina, “conforma um *ethos* do próprio grupo” (p.08) onde se valoriza os atributos da masculinidade hegemônica de seus parceiros, que se tornam ainda mais admirados na medida em que assumem a relação, consolidando o reconhecimento social da união.

## **ETHOS DE EROS**

Sabemos que as travestis não se prendem aos signos normativos ao romperem com o sistema binário para compreensão dos gêneros (BERKINS, 2006; JIMENEZ; ADORNO, 2009). Dessa forma, torna-se inadequada qualquer tentativa essencialista de definição da travestilidade, uma vez que esta se organiza em torno de fluxos e de trânsitos reposicionando e recriando atributos da masculinidade e da feminilidade. Isso não se deve exclusivamente pela escolha de incorporarem uma identidade de gênero feminina, mas também pela escolha deliberada e intencional sobre quando e como estarão mulheres e/ou homens.

Dessa forma, ao gerirem um terreno híbrido para constituição de si (BENEDETTI, 1998, 2005; PELÚCIO, 2004; BORBA; OSTERMANN,

2008; PERES, 2005), enunciam um campo de possibilidades afetivas, sexuais e identitárias. Ao estabelecermos um canal dialógico com o grupo pesquisado, observamos que se valem de um jogo de imagens altamente estereotipado para ilustrarem os sistemas de referência utilizados para fornecerem informações sobre o grupo.

Denominamos por sistemas de referência os pontos a partir dos quais as travestis enunciam os discursos acerca do gênero. Tal como trabalhado por Grize (2001), estes pontos de referência (*topoi*) permitirão a apresentação de uma realidade particular e cultural de um sujeito a partir da revelação de um pensamento e sua organização no encadeamento do discurso. É dessa forma que compreendemos que, para o grupo pesquisado, a masculinidade é anunciada a partir da identidade negada, suprimida, do “não-dito” que manifesta recusa e submissão à uma condição determinada no nascimento. A lógica deste tipo de pensamento rege-se pela ideia *nasci assim, mas não sou assim* cujo discurso ancora-se na representação da natureza como entidade determinista e pouco maleável.

Pérez, Moscovici e Chulvi (2002) defendem a hipótese de que a construção da identidade humana se encontra em um universo simbólico estruturado por divisões e hierarquias em que a divisão fundamental seria a de natureza e cultura, refletida na ideia de corpo e de espírito. Sendo assim, no grupo pesquisado, à imposição da natureza (sexo masculino) se opõem as referências ao feminino que é por onde circula a projeção e idealização daquilo que esperam para si.

Esse jogo de idealizações e projeções é feito a partir de duas figuras emblemáticas: a mãe, sobre quem resguardam toda a admiração e por onde incorporam os primeiros atributos do gênero feminino – a garra, o caráter, a força para batalhar, o respeito familiar (*sou assim desde criança e minha mãe sempre soube que eu era diferente*) – e a “mulher sedutora”, cuja construção da imagem volta-se para o objeto para o qual direcionam seu desejo: os homens.

Wilian Siqueira Peres (2005) relata ter identificado em seus registros de pesquisa os mesmos modelos de referência trabalhados por Fernandes (2004, apud PERES, 2005). Para os autores, as travestis

amparam-se, para construção do modelo feminino, em três figuras: a mãe, a vedete e a prostituta. A vedete reflete o glamour, beleza e brilho que toda travesti busca. Na mãe está a afetividade, a tolerância e o amor gratuitos, possivelmente influenciadas pela ideia de um mito do amor materno incondicional; e já na prostituta apreendem as nuances da sensualidade, sedução e luxúria.

Sobre esses aspectos recaem a tentativa de construção de um feminino que procura superar a si mesmo, numa analogia em que autores como Benedetti (2005) denominaram de construção de um “feminino travesti”. A crença que respalda o grupo nesse conjunto de ideias e práticas é: *a travesti sempre vai tentar ser aquela mulher desejada para aquele homem, senão o perderei para uma mulher de verdade*. Essa afirmativa carrega o poder de manter o ato de transformar-se em constante atualização. Daí a busca incansável por cirurgias plásticas, roupas (lembramos que *fazer compras* foi uma atividade de lazer considerada por algumas participantes), mudança no corte, volume e cor dos cabelos, usos e considerações sobre o hormônio.

Acreditamos que esse constante “vir a ser” só pode enfraquecer se veem ameaçado o jogo de retroalimentação do desejo. Esse encontro de corpos que desejam e que querem ser desejados carrega o poder de reiteração do conjunto de normas que produzem as verdades sobre o sexo e o gênero e é a partir da reprodução performática dessas verdades ritualizadas que pretendem emergir como sujeito que não corre o risco da abjeção (BUTLER, 2007). Sobre esse aspecto, Serge Moscovici (2001) lembra que nenhum sujeito se constitui exclusivamente pela imposição de um “fora” (religiões, ciências, mitos), mas pela constante interação entre as instituições formadoras de ideias e as estruturas intelectuais e afetivas capazes de re(fazer) estas mesmas ideias, que neste trabalho exemplificamos pelas nuances do jogo do desejo.

Acrescentamos o terceiro ponto a partir do qual as entrevistadas constroem suas referências: a compreensão do ser travesti. Sobre esse aspecto, o movimento que fazem é de uma “(des)afirmação de si” e a ideia que permeia esse conjunto de referências é a de que *não sou isso que dizem de mim*, numa tentativa de afastar as atribuições negativas referendadas ao grupo. Com estas considerações

podemos perceber porque, ao referirem-se a homens, mulheres e travestis dizem que aqueles são fortes, musculosos e viris, aquelas são doces, passivas e frágeis e estas são vulgares e escandalosas. Compreendemos este primeiro momento, que denominamos de “acesso aos signos fáceis” (imagens estereotipadas), através de sua utilidade na tentativa de estabelecer um elo de comunicação (pesquisador e pesquisadas) diante da provocação de terem que explicar e justificar seu próprio mundo.

Assim, observamos que nos encontros ritualizados pelo desejo, os papéis invocados são altamente rígidos e negociar a flexibilização desses papéis nesses encontros torna-se atividade conflituosa para os envolvidos. Esse momento é preenchido por afirmações do tipo “sou passiva, sou mulher” e “homem é ativo”, tal como exemplificado por Pelúcio (2005) ao dizer que as travestis não gostam de homens que assumam uma posição passiva no ato sexual, os desprezando e os chamando de “mariconas”.

Um segundo momento refere-se ao campo que apresenta as bases mais amplas do discurso estigmatizador. Denominamos esse segundo momento de “acesso ao campo estruturado”. Pierre Bourdieu (2010) discute o papel de agentes e instituições (incluídas a família, a escola, a igreja e o Estado) no processo de (des) historização das estruturas de dominação que levam as relações de dominação a serem naturalizadas na ordem diferencial dos sexos e nas práticas afirmadoras da oposição entre masculino e feminino. Domingos Sobrinho (1998) retoma de Bourdieu o conceito de *habitus*, para se referir a este como um *ethos de posição* que delineia um contexto cultural a partir da relação estabelecida entre indivíduos e os objetos sociais que, incorporados na forma de princípios de ação e reflexão, emitem a maneira sobre como um determinado grupo construirá um diferencial identitário.

No caso deste trabalho, esse *ethos de posição* ancora-se nas bases de um pensamento social normatizador cujas estruturas de dominação deshistoricizadas podem ser percebidas através da constatação de suas imagens de superfície (o acesso aos signos fáceis). A manutenção e o questionamento desse pensamento social normatizador expresso pelo anúncio dessas imagens estereotipadas, preenche de

significado o ato da travesti na busca de “superar a mulher”. Este ato é revelador de uma estratégia de proteção estabelecida pelo grupo para permanência na norma, que na tentativa de adquirirem uma imagem social convincente buscando serem “mais do que uma mulher de verdade” reafirmam uma posição do “ser mulher” que circula em conformidade com as instituições e estruturas simbólicas dominadoras.

A imagem social convincente (passar por mulher) opõe-se à imagem da “mulher masculina”. O grupo, ao perceberem que as conquistas realizadas pelos movimentos sociais feministas ameaçam esta configuração legítima, porém frágil e conservadora sob o qual se amparam na construção do “feminino travesti”, critica a perda da “mulher de verdade”, lançando para um campo de fora aquilo que não é feminino e que correndo o risco de ser masculino deve ser afirmado como “fora de si”.

Essa operação de exclusão tem como sustentação as experiências de rejeição vividas pelo corpo *trans*, que busca desesperadamente afirmar-se num lugar de reconhecimento social e o faz a partir da apropriação implacável de um conjunto de referências acerca da mulher que não quer admitir dúvidas e/ou questionamentos. A imagem da mulher, produto do feminismo, cujas nuances não aprofundamos nas investigações realizadas para este estudo, ainda é precariamente inserida e admitida como possibilidade identitária para as travestis.

Se o jogo do desejo parece trabalhar na manutenção de um pensamento social normatizador, um terceiro momento, que denominamos *acesso a atividade estruturante*, revela os pontos em que as entrevistadas conseguem produzir rupturas na assimilação desse sistema hierárquico dos gêneros. Esse terceiro momento é operacionalizado pelas práticas, identificadas no discurso das entrevistadas pela transformação e pelas experiências conjugais. Claude Flament (2001), afirma: “as práticas estão em contradição explícita com a representação. Vê-se, então, surgir o que chamamos de esquemas estranhos. A modificação eventual da representação é brutal, rompendo com o passado” (p. 179).

A transformação do corpo, movimento que consiste tanto na aproximação (feminino) quanto no afastamento (masculino) de um ideal de

eu admite uma sobreposição das ações (afastamento e aproximação) desses dois agentes (masculino e feminino) configurando uma dinâmica não linear, alimentada energeticamente pelo desejo, e de reprogramação infinita. Portanto, as travestis entrevistadas, produzem um saber específico sobre o próprio corpo e dessa forma relativizam o determinismo sexo-gênero a partir da percepção de como e quando o corpo poderá ou deverá estar masculino ou feminino.

Se desejo aciona o campo das normatizações e da construção de um ideal de eu e tem como desfecho a apresentação de um corpo masculino, feminino ou ambíguo, o amor será o conteúdo que, exercido no âmbito da conjugalidade, permitirá flexibilizar papéis e posições generificadas. Ainda que nas experiências relatadas o amor esteja restrito ao âmbito da intimidade, este aparece relativizando diferenças e constituindo um espaço de negociação riquíssimo e potente para destituição das hierarquias. A condição produzida pela vida a dois não se restringe à divisão de tarefas e responsabilidades, mas também na relativização de posições antes acatadas como masculinas e femininas, cuja maior expressão refere-se à mudança de posição no ato sexual.

Anthony Giddens (1993) esclarece que o amor romântico fundamenta-se na ideia de um amor feminilizado e deve ser compreendido considerando a invenção da maternidade, as relações entre pais e filhos e a criação do lar. Giddens (1993) e Martínez-Plana (2004) afirmam que o amor romântico intensifica diferenças entre a masculinidade e a feminilidade e consiste num jogo de projeções e imagens que fortalecem os rituais de cortejo e de matrimônio.

Ainda que o grupo entrevistado alimente ideias de um amor idealizado, observamos o direcionamento do grupo para a construção de relações baseadas no amor confluyente, que desestabiliza tanto a ideia de eternidade do amor romântico, amparada num ideal heterossexual, quanto de diferenças entre a masculinidade e a feminilidade. Para Giddens (1993):

O amor confluyente, embora não necessariamente andrógono, e ainda talvez estruturado em torno da diferença, presume um

modelo de relacionamento puro em que é fundamental o conhecimento das peculiaridades do outro. É uma versão de amor em que a sexualidade de uma pessoa é um fator que tem de ser negociado como parte de um relacionamento (p. 74).

Dessa forma, compreendemos como, entre o polo masculino e o feminino constroem uma identidade híbrida (PELÚCIO, 2004; BENEDETTI, 2005; PERES, 2005; BORBA; OSTERMANN, 2008; KULLICK, 2008), que não se estabiliza, pois o sistema no qual constroem suas representações ancora-se em determinações binárias e rígidas para o masculino e o feminino e este mesmo sistema não admite ambiguidades. Esse trânsito fluido traz certo grau de liberdade sobre a definição de quem são e quem desejam ser. Muitas vezes, na tentativa de aplacar a angústia e o conflito de terem que justificar o trânsito por essa ambivalência, faz com que a ideia de natureza seja invocada. Dessa forma, ao mesmo tempo em que utilizam sistemas de referência essencialistas para referendarem a explicação de si, também ficam livres para criarem o seu próprio sistema de gênero que é plástico, mesclado e ambíguo.

Concluimos que as travestis entrevistadas provocam conflito entre o campo estruturado – instituições difusoras de modelos normativos e repertório cognitivo amparado no binarismo - e a atividade estruturante (transformação e conjugalidade). Nesse entremeio, a masculinidade (a também a feminilidade) das travestis está incorporada a um sistema de gênero peculiar e originalmente construído e acessado pelo grupo.

Portanto, é dentro dessa tecnologia de gênero aprendida, aprimorada, reinventada para concepção de si, que exercem o domínio do *ethos* de Eros. Esse *ethos*, cujo campo a prostituição alimenta, revela as formas de ser, estar e fazer de grupo que se organiza em torno da afirmação do amor e do desejo como um valor que repõe e reconstrói seus modos de viver.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Luiz Carlos de. **Bombadeiras**. [Filme-Vídeo]. L. C. Alencar. Prod., Dir. Salvador: Singra Produções. 75 min. Color. Son, 2008.

ARRUDA, Angela; GONÇALVES, Luana Pedrosa Vital; MULULO, Sara Costa Cabral. “Viajando com jovens universitários pelas diversas brasileiras: representações sociais e estereótipos”. In: **Psicologia em Estudo**, 13(3),2008, p. 503-511.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de L.A. Reto & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2009.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Hormonizada!: reflexões sobre o uso de hormônio e tecnologia do gênero entre travestis de Porto Alegre**. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1998.

\_\_\_\_\_. **Toda feita: O corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BERKINS, Lohana. **Travestis: uma identidade política**. In: VIII Jornadas Nacionales de Historia de las mujeres / III Congreso Ibero americano de Estudios de Género, Villa Giardino: Córdoba, 2006.

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. “Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical”. In: **Estudos feministas**, 16(2), 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Julia Ferreira. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: o ano de 2013**. Secretaria de Direitos Humanos: Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (organizadores). Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2016.

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 151-172.

CARRARA, Sérgio.; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro”. In: **Physis**, v. 16, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>

scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-73312006000200006&lng=pt&nrm=iso.>. Acesso em: 1 set. 2010.

CONNELL, Raewyn. “La organización social de la masculinidad”. In: VALDES, T.; OLAVARRÍA, J. (eds.), **Masculinidad/es: poder y crisis**. Ediciones de Iñs mujeres, n. 24, 1997, p. 31-48. Disponível em <www.cholonautas.edu.pe>.

DENIZART, Hugo. **Engenharia Erótica: travestis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. “‘Habitус’ e representações sociais: questões para o estudo das identidades coletivas”. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de Representações sociais**. Goiânia/GO: AB Editora, 1998, p. 117-139.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes**. São Paulo: Annablume, 2009.

FERREIRA, Rubens da Silva. “Travestis em perigo ou o perigo das travestis? Notas sobre a insegurança nos territórios prostitucionais dos transgêneros em Belém (PA)”. In: **Enfoques**, 2(1), 2003.

\_\_\_\_\_. “A informação social no corpo travesti (Belém/Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman”. In: **Ci. Inf.**, v. 38, n. 2, 2009, p. 35-45.

FLAMENT, Claude. “Estrutura e dinâmica das representações sociais”. In: JODELET, Denize. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 173-186.

GASKELL, George. “Entrevistas individuais e grupais”. In: GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático 2**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64-89.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Tradução de Magda França Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10(n.1), 2005, p. 47-57. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a05v10n1.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2010.

GRIZE, Jean-Blaize. “Lógica natural e representações sociais”. In JODELET, Denize (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 124-137.

GROSSI, Miriam. “Masculinidades: uma revisão teórica”. In: **Antropologia em primeira mão**, n.1, 1995, p. 4-37.

HOLLAND, Jack. **Una breve historia de la Misoginia**. Mexico: Oceano, 2010.

JIMENEZ, Luciene; ADORNO, Rubens. “O sexo sem lei, o poder sem rei”. In: **Cadernos Pagu**, 33, 2009, p. 343-367.

JOVCHELOVITCH, Sandra.; BAUER, Martin. “Entrevista Narrativa”. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 40-55.

JOVCHELOVITCH, Sandra. “Vivendo a vida com outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais”. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 63-85.

\_\_\_\_\_. “Representações Sociais e a diversidade do saber”. In: JOVCHELOVITCH, S. **Os Contextos do Saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 78-126.

KULLICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. “Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais”. In: **Psicologia: reflexão e crítica**, v.15 (n.1), 2002, p. 165-178.

MARTINI, Nelson Minello. “Los estudios de masculinidade”. In: **Estudios Sociológicos**, México, v. XX, n. 003, 2002, p. 715-732. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx>>.

\_\_\_\_\_. “Masculinidades: um concepto em construcción”. In: **Nueva Antropología**, México, v. XVIII, n. 61, 2002, p. 11-30. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx>>.

MARTÍNEZ-PLANA, Mayra. “Entre velas y rosas: Algunas dimensiones del amor romântico”. In: *Revista de Ciencias Sociales*, (13), 2004, p. 8-27. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/pr/cis/rcs/13/Velas.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2010.

MENANDRO, Maria Cristina Smith; SILVA, Renata Daniele Moreira; TRINDADE, Zeidi Araujo. “Representações sociais de masculinidade: hegemonia e possibilidades de resignificação”. In: CORTEZ, M. B.; MENANDRO, M. C. S.; SOUZA, L. de; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Juventude, masculinidade e risco**. Vitória: GM, 2009, p. 277-297.

MOSCOVICI, Serge. “Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história”. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 46-65.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; TRINDADE, Zeide Araujo. “O homossexual e a homofobia na construção da masculinidade hegemônica”. In: SOUZA, L. de; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. “Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização”. In: **Rev. enferm. UERJ**, 16(4), 2008, p. 569-576.

PALMONARI, Augusto.; CERRATO, Javier. “Representações Sociais e Psicologia social”. In: ALMEIDA, A. D. O.; SANTOS, M. D. F. D. S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Teoria das Representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 305-334.

PELÚCIO, Larissa. “Na noite nem todos os gatos são pardos”. In: **Cadernos Pagu**, 25, 2005, p. 217-248.

\_\_\_\_\_. “Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugabilidade envolvendo travestis que se prostituem”. In: **Estudos Feministas**, 14(2), 2006, p. 522-534.

\_\_\_\_\_. “Eu me cuido, mona””: saúde, gênero e corporalidade entre travestis que se prostituem”. In: **Seminário Homofobia, Identidades e Cidadania GLBT**, Florianópolis/SC, 2007.

\_\_\_\_\_. “Travestis, a (re) construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo”. In: **Revista Antropológicas**, 15(1), 2011.

PEREIRA, Cícero; TORRES, Ana Raquel Rosas; ALMEIDA, Saulo Teles. “Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial”. In: **Psicologia: reflexão e crítica**, 16(1), 2003, p. 95-107.

PERES, Wilian Siqueira. “Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs”. In: **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades**. GROSSI, M. P.; BECKER, S.; LOSSO, J. C. M. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 53-68.

PÉREZ, Juan Antonio; MOSCOVICI, Serge; CHULVI, Berta. “Natura y cultura como principio de clasificacion social. Anclaje de representaciones sociales sobre minorias étnicas. Nature and culture as principles for social classification. Anchorage of social representation on ethnical minorities”. In: **Revista de Psicología Social**, 17(1), 2002, p. 51-67.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Alessandro Soares da; BARBOZA, Renato. “Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da consciência política de travestis”. In: **Athenea digital**, (8), 2005, p. 27-49.

SILVA, Hélio Silva. **Travestis: entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, Joseli Maria. “A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade”. In: **Geo UERJ**, 1(18), 3-à, 2008.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. “L’Italia dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição”. In: **Cadernos Pagu**, 31, 2008, p. 275-308.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

TRINDADE, Zeide Araujo et al. “Representações Sociais de Masculinidade e Risco na Adolescência e suas articulações com Contextos de Violência”. In: ZANOTELLI, C. L.; RAIZER, E. C.; VALADÃO, V. A. (Orgs.). **Violência e Contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais**. Vitória: Grafita, 2007, p. 177-187.

YAMADA, Lia Toyoko. **O horror e o grotesco na psicologia: a avaliação da psicopatia através da escala HARE PCL-R**. Niterói: Programa de Pós-Graduação (mestrado) em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, 2009

ZIGA, Itziar. **Devenir Perra**. Espanha: UHF, 2009.

Recebido em: 10/07/2017.

Aprovado em: 28/11/2017.